



ENTRAVES E PERSPECTIVAS DO ENSINO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NAS ESCOLAS: QUESTIONAMENTOS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE PROFESSORA INDÍGENA

*Sandra Benites - Guarani Nhandewa¹
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Departamento de
Antropologia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.*

Resumo: Baseado na conferência proferida pela professora-indígena Sandra Benites – Guarani Nhandewa, durante o IV Aniversário do NEABI-UENF (29 e 30/07/2016), o relato apresenta a experiência da autora, como coordenadora pedagógica junto a rede de ensino de Maricá, RJ contrastada às especificidades de seus conhecimentos e modos de vida Guarani. Sandra Benites descreve, de forma sensível e crítica, os desafios enfrentados em sua trajetória como professora, analisando ainda as potencialidades e os desafios do agenciamento da Lei 11.645/2008 frente ao racismo e histórico preconceito contra os povos indígenas no âmbito escolar.

Palavras-Chave: Povos Indígenas; Acesso à Educação; Lei 11.645/2008; Racismo.

BARRIERS AND PERSPECTIVES FOR TEACHING AFRO-BRAZILIAN AND INDIGENOUS CULTURE IN SCHOOLS: QUESTIONS BASED ON THE EXPERIENCE OF INDIGENOUS TEACHERS

Abstract: Based on the lecture given by the indigenous-teacher Sandra Benites - Guarani Nhandewa, during the 4th Anniversary of NEABI-UENF (29 and 30/07/2016), the report presents the experience of the author, as a pedagogical coordinator in the education network of Maricá, RJ, contrasted with the specificities of her Guarani knowledge and ways of life. Sandra Benites describes, in a sensitive and critical way, the challenges faced in her trajectory as a teacher, analyzing the potentialities and the challenges of the agency of the Law 11.645/2008 against racism and historical prejudice against indigenous peoples in the school environment.

Keywords: Indigenous Peoples; Access to Education; Law 11.645/2008; Racism

¹ Sandra Benites Guarani Nhandewa. Professora de ensino fundamental e médio. Mestre e Doutoranda em Antropologia Social pelo Museu Nacional-UFRJ. Curadora adjunta de Arte Brasileira no MASP. E-mail: sandraarabenites@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6430-9064>



BARRERAS Y PERSPECTIVAS PARA LA ENSEÑANZA DE LA CULTURA AFROBRASILEÑA E INDÍGENA EN LAS ESCUELAS: PREGUNTAS A PARTIR DE LA EXPERIENCIA DE PROFESORES INDÍGENAS

Resumen: A partir de la conferencia impartida por la profesora indígena Sandra Benites - Guaraní Nhandewa, durante el 4º aniversario de NEABI-UENF (29 y 30/07/2016), el informe presenta la experiencia de la autora como coordinadora pedagógica en la red de educación de Maricá, RJ, contrastada con las especificidades de su conocimiento y modo de vida guaraní. Sandra Benites describe, de forma sensible y crítica, los desafíos enfrentados en su trayectoria como profesora, analizando también las potencialidades y desafíos de la agencia de la Ley 11.645/2008 contra el racismo y el prejuicio histórico contra los pueblos indígenas en el ámbito escolar.

Palabras-clave: Pueblos Amerindios; Acceso a la educación; Ley 11.645/2008; Racismo

BARRERAS ET PERSPECTIVES POUR L'ENSEÑANZA DE LA CULTURA AFROBRASILEÑA ET INDIGENA À LAS ESCUELAS : QUESTIONS BASÉES SUR L'EXPÉRIENCE D'ENSEIGNANTS AUTOCHTONES

Résumé: Basé sur la conférence donnée par l'enseignante indigène Sandra Benites - Guaraní Nhandewa, lors du 4ème anniversaire de NEABI-UENF (29 et 30/07/2016), le rapport présente l'expérience de l'auteur en tant que coordinatrice pédagogique dans le réseau éducatif de Maricá, RJ, contrastée avec les spécificités de son savoir et de son mode de vie guaraní. Sandra Benites décrit, de manière sensible et critique, les défis auxquels elle a été confrontée dans sa trajectoire en tant qu'enseignante, et analyse également les potentialités et les défis de l'agence de la loi 11.645/2008 contre le racisme et les préjugés historiques contre les peuples indigènes dans le milieu scolaire.

Mots-clés: Peuples Amérindiens; Accès à l'éducation ; Loi 11.645/2008 ; Racisme

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Eu sou Sandra, indígena da etnia Guarani Nhandewa.² Sou de origem do Mato Grosso do Sul. Em 2000 fui para o Espírito Santo e agora estou morando no Rio de Janeiro para fazer o mestrado em Antropologia Social. Sou professora e fui coordenadora pedagógica no município de Maricá, RJ. Deixei o cargo porque, infelizmente, o sistema educacional, o sistema, a instituição sistema, que nos foi proposta é muito racista. Quando fui trabalhar como coordenadora pedagógica, queriam

² Esse texto é resultado da transcrição e adaptação textual da conferência proferida pela pesquisadora-indígena durante o IV Aniversário do NEABI-UENF (29 e 30/07/2016). A transcrição e adaptação foram feitas pelas bolsistas de Iniciação Científica Sibeles Souza Rodrigues, Laryssa Gonçalves dos Santos, Tomás Gabriel de Almeida Araújo e pela Profa. Dra. Lilian Sagio Cezar da UENF.

que eu atuasse da forma como o sistema determina. Sou professora, contudo, estou militando em prol do meu corpo e vejo muito isso com os educadores negros e professores militantes. E, muitas vezes, o sistema não nos respeita. Então, fiquei oito meses e deixei o cargo, por conta de desentendimentos com o próprio sistema, uma vez que me era imposto um modo de agir, o qual recusei, pois estava ali para lutar em prol dos direitos do meu povo.

Mas, por que ocorreu essa situação? Falar de educação é uma coisa muito ampla, mas a questão principal que me orientava era a necessidade de trabalhar a Lei 11.645/2008³ pois na verdade essa lei é muito boa para os povos indígenas. Veja, somente a partir de 1988, com a Constituição Federal, é que foi assegurada a demarcação das terras indígenas e também a construção de escola nas terras demarcadas. A terra para a gente tem uma importância fundamental já que sem o direito à demarcação da terra não teremos coisas fundamentais como a cultura, identidade, educação e saúde. Então, em primeiro lugar é a terra. Já em relação às escolas, a maioria dos mais velhos, principalmente dos Guaranis, inclusive do Espírito Santo, não quiseram aceitar as escolas nesse primeiro momento.

E por quê? Porque devemos ter cuidado se formos colocar nossos filhos na escola, pois ela não fala sobre o negro, não fala sobre nós indígenas, por que a escola funciona como se fosse um sistema único, branco, o que é muito perigoso, pois acaba eliminando as diferenças e assim impondo uma lógica racista. Por exemplo: eu sou Guarani e falo uma outra língua e entendo o mundo de uma outra forma, tenho uma outra lógica de pensar sobre o mundo, e aí eu chego na escola e ninguém fala nada sobre isso. E quando eu falo sobre essa questão da diversidade cultural e linguística, sobre como eu falo e sobre a forma como eu penso, as pessoas da escola julgam que nós povos indígenas, por termos outra cultura, outra língua, estamos errados. Nós sofremos muito isso por meio de falas como: “Ah, porque o índio não produz, o índio é vagabundo, não desenvolve”. E ouvimos muito isso até hoje, o que para nós é muito cruel! E tendo essa visão tão preconceituosa e racista eles perguntam “Por que o índio quer terra?” Essa é a primeira questão que nos fazem, principalmente os que ocupam altos cargos.

³ Essa lei estabelece nova redação ao Artigo 26A da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm.



Contudo, essas pessoas não entendem que para construirmos a nossa identidade precisamos de muitos elementos que estão ao nosso entorno. E quando procuramos o diálogo para lutar por essas questões somos, muitas vezes, banalizados. Nessa perspectiva, observo que muitos parentes são forçados a se retirar do lugar onde moram e são jogados em qualquer lugar. E o novo local não é adaptado para esses parentes seguirem sua cultura, seus costumes e suas crenças. Então, na maioria das vezes, os jovens se perdem, já que não possuem referências, pois as perderam nesse processo, como perderam suas terras. Diante disso, esse jovem começa a partir para outro caminho, ainda mais tendo em vista a quantidade de outros modos de entender o mundo que existem ao nosso redor. Por isso, muitas vezes perdemos nossos filhos. Estou falando como mãe também.

Então, qual o nosso desafio? Não conhecemos O Outro. Os povos indígenas atualmente constituem 305 etnias e são 274 línguas e cada língua é um outro mundo, uma outra cultura. Muitas vezes nem nós nos entendemos uns aos outros. E muitas vezes somos pedra no sapato do capital, pois esse sistema não quer saber da cultura, da religião, daquilo que o outro acredita, e busca impor às pessoas aquilo o que pensa e produz. Estamos vendo que o próprio governo está tentando nos destruir, acabar com a gente. E entendo que isso representa um desafio para todos nós, aqueles que acreditam na cultura. Esta questão está ligada às perspectivas de como lidar com as identidades que destoam do sistema e dos interesses envolvidos.

Quero exemplificar a partir de uma reflexão relacionada a um costume Guarani, o qual acontece quando os meninos fazem o processo de engrossar a voz. Esse ritual tem a duração de dois anos, tendo como intuito a construção da identidade e está ligado ao que o jovem precisa, nesse período, para se tornar um verdadeiro Guarani. Entendemos que o verdadeiro Guarani está relacionado ao ser da pessoa. Não significando, por exemplo, elementos como roupas. Então, esse ser para crescer precisa de elementos, como o rio. Existe um ritual no qual os jovens têm que mergulhar de manhã cedo e depois fazer certas atividades, como aprender sempre a andar em grupo, fazer ritual, partilhar ritual, essa partilha é muito importante. Portanto, nossos costumes estão intimamente ligados a elementos que estão ao nosso entorno, isto é, com a natureza. E pergunto: isso é bom para os fazendeiros? É bom para a indústria?

Voltando a falar sobre a escola, muitas vezes, penso na necessidade de nos organizarmos para construir uma outra lógica para a educação. Contudo, claro que não



dá para fazer tudo aquilo que está sendo proposto, porque a lei disse que você tem que fazer. Mas e aí, como fazer? Ninguém está pensando nisso, principalmente esse sistema! Quando vamos fazer, por exemplo, a questão do ritual, temos que conhecer o outro e isso requer tempo. O mesmo também acontece com o processo de formação de professores. E quem são esses formadores, especificamente, da cultura negra e da cultura indígena? Sabemos que as escolas e a academia não querem muitas vezes aceitar isso e dizem: "Ah, ele não tem diploma e por isso não tem como ele ser professor". E isso é outro desafio, pois como esse mestre não tem como ser contratado e receber pelo seu trabalho? Não é ele quem vai nos ensinar? Como sou professora, sempre procuro fazer essa pergunta para todos nós. E sei que isso não é uma tarefa fácil e para colocar essa nossa tarefa em prática, precisamos nos unir!

Nós somos diversos, mas temos que defender a nossa ideia, a nossa forma de pensar, o nosso mundo. Isso eu entendo como território, território da gente. Em Guarani a palavra *teko* é o modo de ser de cada pessoa. O *tekoha* é onde o coletivo constrói aquele modo de ser daquele grupo. Portanto, considero muito forte essa questão da defesa do nosso território coletivo que está ligado com a nossa espiritualidade, a nossa crença, o nosso ser, com a nossa forma de pensar e ver O Outro. Historicamente a nossa existência como povos indígenas foi negada e isso é evidente. Por isso é importante a visibilidade. Costumo dizer brincando: nós queremos aparecer! É importante aparecer o nosso rosto; ver quem somos, temos que aparecer! Acredito que mostrar a nossa cara significa colocar peito e dizer: eu sou assim e não aceito desrespeito.

Para ilustrar isso, cabe destacar que, muitas vezes, observo nas escolas a criança se submetendo para poder "aprender" e em muitos casos essa mesma criança é massacrada. Por isso, se não tivermos cuidado, a escola pode significar um lugar de opressão, onde comportamentos e ideias são impostos de forma a passar por cima do jeito de ser, da cultura, costumes e crenças da pessoa. A instituição escolar não foi feita para diferentes pessoas, muito menos para os indígenas. Tem lei sobre a escola indígena dizendo que essa instituição deve ser específica e diferenciada, comunitária e com autonomia indígena. Contudo isso é apenas no papel, pois a realidade é bem distinta, uma vez que, quando começamos a agir de acordo com a forma que pensamos sobre a educação escolar, trazendo nosso conhecimento tradicional para a escola, há uma resposta negativa, a qual apresenta ideias relacionadas às questões racistas como: "o indígena não sabe trabalhar, é bagunceiro ou não quer saber de preservar as coisas".



Uma vez trabalhei na educação infantil com crianças entre quatro e cinco anos e a secretária mandou colchonetes. Mas, a criança indígena não pára, ela é livre, por isso, não vai ficar dormindo na sala de aula. Então as crianças pegaram os colchonetes e colocaram no barranco para brincar de escorrega durante o recreio. A coordenadora não gostou e afirmou que as crianças estavam estragando todo aquele material disponibilizado com outro intuito. Diante disso, ela me perguntou por que deixei os alunos fazerem isso? Minha resposta foi a seguinte indagação: “você não mandaram para as crianças?” A coordenadora disse que sim, contudo que eu deveria tomar cuidado com o material. Disse que então ela não deveria mandar para as crianças, mas para mim, pois deste modo, eu teria guardado. Por esse motivo o pessoal da gestão da escola começou a falar que eu era maluca! Então está tudo bonitinho no papel, mas e aí?

Na verdade, eu fiz a minha monografia sobre esta questão e nela eu falo sobre essa escola e sobre essa infância. Porque a nossa lógica de educação tradicional é totalmente diferente da educação escolar. A Constituição de 1988 diz que a criança tem que ser respeitada, e várias coisas... A lei “bonitinha” está dizendo isso. Mas, quando você coloca em prática recebe críticas o tempo todo, repreensões do tipo: “você é bagunceira”, “desorganizada”, “você não entende!”, “você não sabe gerenciar as coisas”, “você é maluca!” E nessa escola também tinha uma outra indígena que trabalha na secretaria e ela me disse que era martelada o tempo todo: “fala para os seus parentes trabalharem direitinho”. E ela dava esporro na gente. E, aí, uma vez eu disse a ela: “Você não está entendendo o que você está fazendo?” Ela me disse: “Sandra, eu nunca parei para pensar nisso!” E, então, eu disse: “Então vamos pensar juntas”!

Na verdade, essa questão, essa política, só para voltarmos ao assunto, eu vejo que essa lei 11.645/2008 é “bonitinha”. Jogaram a lei para a gente e disseram “se virem”. Porém, se foi garantido, agora devemos fortalecer isso, mas fazendo de fato acontecer da forma que a gente quer. Acontece que a escola infelizmente não está preparada. Nós professores, muitas vezes, precisamos nos matar para fazer um monte de coisa e nem recebemos por isso! Minha carga horária, por exemplo, é apenas 25h semanais, mas eu trabalho 24h por dia, porque eu tenho que dar conta das necessidades diferenciadas das diferentes culturas Guarani. Por exemplo, a cultura Guarani do Espírito Santo é totalmente diferente dos outros Guaranis, e isso deve ser levado em conta, essa diversidade do lugar, os contextos são diferentes! Tem o Guarani Kaiowá, Guarani Mbya etc. e cada uma tem sua especificidade!



Acho que precisamos caminhar juntos e questionar: quem são as minorias? quem são os excluídos de fato nesta sociedade? Quem somos nós? Como vamos colocar essa diversidade dentro da escola? Hoje, parece que a escola não faz muito sentido mais, você vai à escola e estuda geografia no papel e não na prática, tudo isso deve ser discutido e posto em prática. Por exemplo: os locais onde os nossos antepassados foram massacrados, humilhados, sofreram, as antigas senzalas, pelourinhos, esses locais de sofrimento foram transformados em museus! E todos estão lá fazendo turismo e tratam esses espaços com a maior naturalidade, tiram fotos! Não dá mais para naturalizar essa questão, é necessário pensar! Não se trata de resgatar a raiva, mas é compreender que “aqui sofremos muito, então é aqui que queremos estar!” E lá em Niterói temos a estátua do Araribóia⁴, e isso é simplesmente ignorado, as pessoas não querem nem saber! E aí? Como é que você quer falar das culturas se você ignora essas pessoas?

Ainda tenho esperanças de caminharmos juntos em igualdade! Igualdade, seria para mim isso, você conhecer O Outro, não se apropriar da cultura do outro, mas conhecer o outro e respeitar a diversidade. Eu, vou ser bem sincera, eu tinha medo da mulher cigana e fui aprender na universidade essa diferente cultura e até fiquei emocionada, porque eu sei o que os ciganos querem dizer com preconceito, porque eu também passo por isso! Muitas vezes a mensagem que o outro está passando, você ignora, porque você é ignorante! E eu estou aprendendo também, sempre aprendendo culturas diferentes, com crenças diferentes. E, eu tenho cuidado, por isso que tenho medo de dizer que o macumbeiro é isso e tal, por exemplo, pois hoje em dia, passamos por este processo com os pajés, porque muita gente diz que eles são macumbeiros e que matam. Eu acho que isso, na verdade, é uma coisa muito triste e queria compartilhar com vocês.

Nós estamos num mundo em que somos a maioria, somos pobre, negro, indígena, somos a maioria das pessoas em quantidade e isso deve ser dialogado e impactar as crianças nas escolas. Acho que a cabeça das crianças está sendo colonizada e elas acreditam que as coisas são mil maravilhas. Eu acho que não é por aí, não! Pelo menos eu entendo assim a escola: como um espaço bom, mas que a gente deve se apropriar dela para fazer a nossa política de fato acontecer na escola, para gente! E essa lei é muito importante para gente fazer acontecer e conhecer as nossas histórias! Na

⁴ Importante guerreiro tupinambá, fundamental e decisivo na guerra dos portugueses contra os franceses.



verdade, é o momento da gente aproveitar, e se apropriar de fato desta lei, e descolonizar a própria escola, mas isso não é fácil, porém podemos fazer juntos, junto com os pais, conversando com as pessoas. Agradeço de coração!

Recebido em: 30/03/2022.

Aprovado em: 20/05/2022.